

RELATO DE EXPERIÊNCIA*

Guia de Material Indígena: uma proposta prática sob a perspectiva decolonial

Gabriella Carvalho Motta¹

Ranielly Cristina Barbosa Silva²

Vitória Aparecida Albuquerque dos Santos³

Resumo:

O presente trabalho é fruto de uma produção coletiva, em andamento, em conjunto entre as três autoras e a turma do Projeto Interdisciplinar III (PROINTER III), sob a orientação do professor Dr. Gustavo de Souza Oliveira. O principal objetivo do nosso Guia de Material Indígena é reunir uma série de fontes, sejam escritas, visuais ou até midiáticas, produzidas por indígenas e que possam ser utilizadas pelos professores, ou até mesmo os graduandos da disciplina, em sala de aula no componente curricular de História. As etapas de desenvolvimento consistiram no primeiro momento da aula-oficina, ministrada pela Gabriella Carvalho Motta, com noções introdutórias sobre a temática indígena no Brasil em conjunto com uma discussão bibliográfica sobre o sentido e a prática decolonial. Após esta primeira explanação, os estudantes se encontraram semanalmente para a seleção e produção das atividades. As alunas Ranielly Cristina Barbosa Silva e Vitória Aparecida Albuquerque dos Santos integram o curso de Formação Indígena e fazem parte da disciplina de PROINTER III, e explicarão sua proposta

¹ Mestre, professora e historiadora pela Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG). E-mail: mottagabriella91@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/3691720647697582>.

² Cursando o 4º período da licenciatura em História pela Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG). E-mail: ranielly.silva@ufu.br

³ Cursando o 4º período da licenciatura em História pela Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG). E-mail: vitoria.albuquerque@ufu.br

* PRODUZIDO NO ÂMBITO DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA – 4ª ED. REALIZADO 10 DE FEVEREIRO A 13 DE ABRIL DE 2024.

de atividade que irá abordar imagens sobre a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) no contexto da Ditadura Civil-Militar. Nesse sentido, nosso Guia de Material Indígena é uma produção coletiva que visa oferecer um leque de possibilidades de fontes produzidas por indígenas e que poderão ser consultadas através da plataforma digital do próprio laboratório do instituto, qual seja, o Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História (LEAH/UFU).

Palavras-chaves: Guia de Material Indígena, Decolonial, Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História.

Introdução:

Os diversos contextos escolares impõem à comunidade de professores e professoras dificuldades de ordem teórico-metodológicas e, principalmente, práticas. Dentre essas dificuldades, pode-se mencionar o tratamento de temáticas sobre a História Afro-brasileira e indígena, que se tornaram obrigatórias a partir das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, respectivamente. Uma possível justificativa para os impasses em relação a essas temáticas pode ser encontrada na persistência da visão europeia, não branca e colonizadora sobre esses povos. Com isso, estereótipos e visões tendenciosas podem ser reproduzidos sem o tratamento e a problematização necessários.

Buscando contribuir com a solução para essa problemática, em conjunto com o professor Gustavo e a turma de Projeto Interdisciplinar III (PROINTER III), nos propomos elaborar um Guia de Material Indígena. Como um guia, seu principal objetivo é ser um material para consulta, orientação e sugestão a ser explorado e utilizado dentro de sala de aula. Por isso, contará com fontes produzidas por indígenas acompanhadas por atividades sugestivas que

serão disponibilizadas de maneira virtual, possibilitando, assim, maior divulgação para acesso e consulta pelos interessados.

A perspectiva de construção do material está embasada em inspirações decoloniais, ou seja, queremos dar tratamento a temática indígena a partir da perspectiva indígena e, a depender, buscando compreender como se desdobraram as relações entre os povos indígenas e os não-brancos ao decorrer da História, que serão abordadas segundo o recorte proposto pelas fontes encontradas. Assim, cada uma das equipes da turma de PROINTER III ficou responsável por desenvolver uma atividade voltada, principalmente, para as salas de aula de História da Educação Básica.

Os encontros semanais da disciplina serão destinados à orientação e correção das atividades em andamento, tanto pelo professor Gustavo da disciplina, quanto pelo auxílio da professora Gabriella. Questões sobre a definição do título, a tipografia, a estrutura e o design do material serão ajustadas e definidas neste momento. O Guia de Material Indígena é um recurso importante não apenas para os professores, mas, principalmente, para os próprios estudantes de graduação, que têm a oportunidade de contribuir e produzir um material para uso em sala de aula, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem. Além disso, aqueles que participarem da elaboração do Guia serão certificados via SIEX.

Nosso projeto passou por mudanças na proposta inicial. Em um primeiro momento, trabalharíamos apenas com literatura indígena como material didático em sala de aula. Entretanto, atendendo a sugestão do professor Gustavo, a proposta agregou outras fontes e ferramentas que se transformaram em um Guia didático que abordará uma série de elementos, temáticas e possibilidades de tratamento da temática indígena, a partir de fontes produzidas por

indígenas e exploradas pelos estudantes da Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia.

Desenvolvimento:

A presente escrita sobre o desenvolvimento do Guia será dividida em duas partes. A primeira abordará as contribuições da Gabriella para a produção, bem como as pontuações sobre a aula-oficina ministrada no dia 06/03/2024 para os estudantes da disciplina de PROINTER III. A segunda parte tratará da produção conjunta de Vitória e Ranielly para o Guia, abordando a temática dos impactos, das ações e das resistências indígenas diante dos enfrentamentos promovidos pela Ditadura Civil-Militar brasileira.

Da aula-oficina: a decolonialidade no Ensino Superior

A proposta da aula-oficina ministrada pela Gabriella, no dia 06/03 na disciplina de PROINTER III, tinha como objetivo fornecer suporte, principalmente literário, para a discussão sobre a prática e o uso de recursos didáticos produzidos pelos indígenas na Educação Básica. Antes de adentrar especificamente na aula, gostaria de fazer uma breve análise sobre o que entendemos como decolonialidade.

A perspectiva da decolonialidade busca romper com uma tradição, inclusive historiográfica, que vigora desde o desencontro entre indígenas e os colonizadores portugueses. A colonialidade é uma forma de visão e interpretação a partir do não-branco, do colonizador. Por

ter se tornado uma espécie de convenção sobre o modo de se abordar a temática indígena, o conhecimento histórico, por muito tempo, reforçou a visão de um indígena submisso, que precisava da tutela de alguém, seja personalidade ou instituição, para poder se tornar civilizado e ingressar na nação brasileira.

Entretanto, estudos historiográficos recentes estão buscando construir o conhecimento histórico, tanto nas graduações, quanto na Educação Básica, pautado na pluralidade e, principalmente, na perspectiva dos sujeitos históricos, inclusive aqueles grupos marginalizados socialmente.

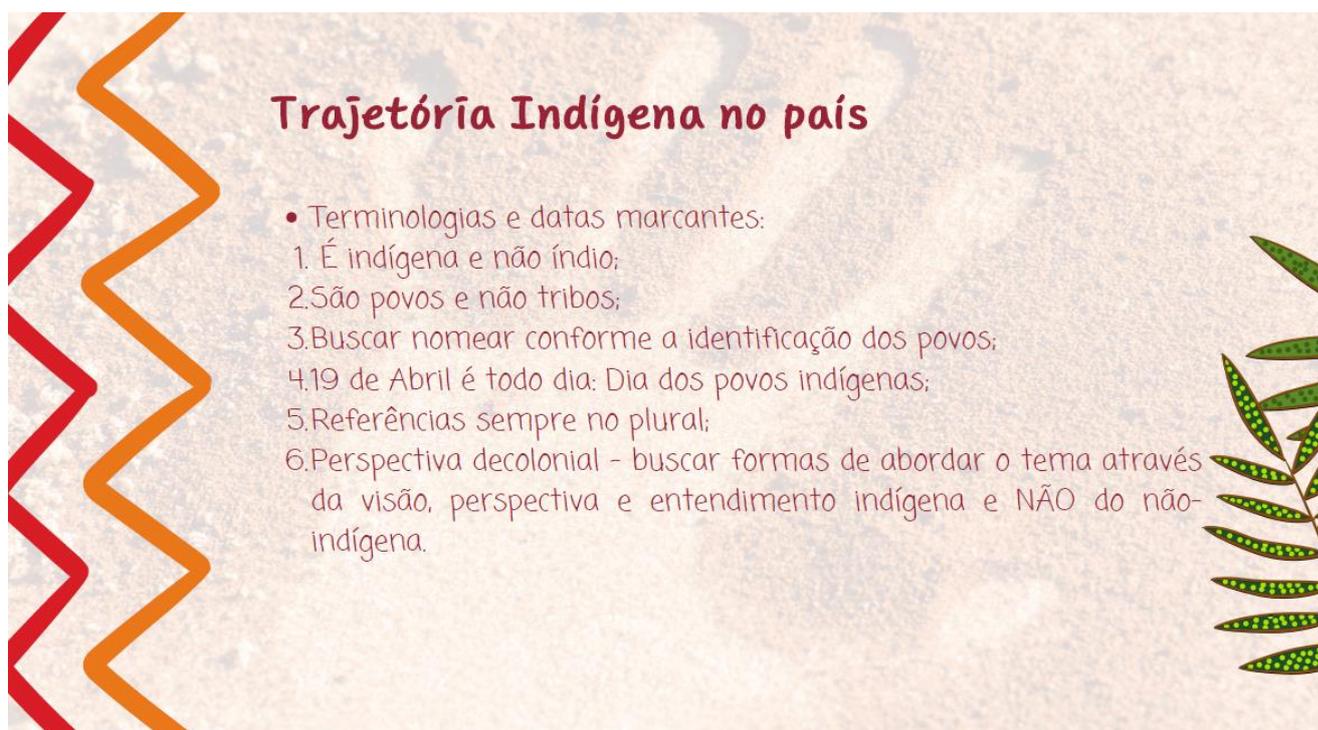
[...] os sujeitos coloniais que estão nas fronteiras - físicas e imaginárias - da modernidade não eram e não são seres passivos. Eles podem tanto se integrar ao desenho global das histórias locais que estão sendo forjadas como podem rejeitá-las. É nessas fronteiras, marcadas pela diferença colonial, que atua a colonialidade do poder, bem como é dessas fronteiras que pode emergir o pensamento de fronteira como projeto decolonial. [...] Na perspectiva do projeto decolonial, as fronteiras não são somente este espaço onde as diferenças são reinventadas, são também *loci* enunciativos de onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos. O que está implícito nessa afirmação é uma conexão entre o lugar e o pensamento.⁴

Assim, de acordo com Ramón Grosfoguel e Joaze Costa-Bernardino, a decolonialidade é marcada pela busca em se diferenciar do colonial ao reinventar propostas estereotipadas sobre aqueles que, até então, lutam por conquistar seu espaço de fala e de ser ouvido na sociedade. Para nosso trabalho, o olhar decolonial está voltado para os indígenas, mas o conceito também pode abranger outros povos, como os afro-brasileiros, para dar tratamento e reconhecimento ao narrarem sua História. Com isso, poderão difundir suas versões tanto na Educação Básica, quanto em outros eixos da Educação.

⁴ GROSFOGUEL, Ramón; COSTA-BERNARDINO, Joaze. “Decolonialidade e perspectiva negra”. **Revista Sociedade e Estado**, V. 31, N. 1, Janeiro/Abril 2016, pp. 18-19.

Uma das formas de possibilitar a participação da narrativa destes sujeitos, que por muito tempo foram considerados subalternos na História, é através da mudança de conceitos e terminologias para fazer referência a eles. Durante a aula, os estudantes de graduação foram incentivados a substituírem termos como “índio” por “indígena” na produção de seus trabalhos, pois, os “índios” foram assim nomeados pelos portugueses por acreditarem estar na costa da Índia e não do Brasil. O mesmo foi proposto com o termo “tribo” para ser substituído por “povos”, já que, a visão tribal sobre os indígenas é uma visão preconceituosa e estereotipada a respeito dos costumes culturais indígenas se comparados aos do não-branco (Figura 1).

Figura 1 – Terminologias e datas marcantes



Fonte: Arquivo da Pesquisadora, 2024.

A mudança do vocabulário é importante, pois, a partir do momento em que a comunidade de professores e historiadores tiver contato com o Guia, eles também poderão alterar a forma como

concebem e compreendem a temática indígena. Conseqüentemente, ao ministrarem suas aulas, ensinarão seus estudantes a maneira correta de se referirem aos indígenas e aos povos indígenas. Durante a aula, foi possível perceber que muitos dos estudantes de graduação compreendem a importância desses termos e, inclusive, já os utilizam de forma correta. A próxima seção será dedicada à explicação do Guia de Material Indígena, que ainda está em fase de produção, com previsão de conclusão entre os meses de abril e maio. Assim, as discussões serão voltadas para a importância dos Guias Didáticos para a História e a Educação, bem como para o formato em que iremos elaborá-lo e divulgá-lo.

Do Guia de Material Indígena: uma proposta prática

Os Guias didáticos são importantes materiais de consulta, pesquisa e sugestões, que podem ser aplicados em diversos contextos de ensino-aprendizagem. Observando a carência e a presença de materiais estereotipados sobre os indígenas e diversos assuntos a eles relacionados, foi produzido, em conjunto com a turma de PROINTER III, um Guia de Material Indígena. Este guia poderá ser utilizado, inclusive, pelos estudantes da disciplina que, nos próximos semestres, precisarão cumprir disciplinas de carga prática em salas de aula. A produção do Guia foi dividida em etapas e cada uma das equipes ficou responsável por desenvolver uma atividade utilizando de fontes produzidas por indígenas, sejam visuais, escritas ou até midiáticas, voltada para o componente curricular de História na Educação Básica, principalmente de 6º ao 9º ano. A primeira etapa foi a divisão das equipes e a escolha das temáticas a serem abordadas, os próximos encontros serão destinados às atividades de produção, formatação e correção, que acontecerão durante o horário da aula. O professor Gustavo sugeriu que as atividades fossem

realizadas assim, pois a maioria dos estudantes do noturno conciliam o curso de História com outras atividades e, por isso, dificilmente teriam condição de preparem o material com qualidade em outros momentos da semana. Diante disso, mesmo após a aula-oficina, a professora Gabriella participou das aulas para orientar, junto ao professor e as equipes.

O Guia possui duas obras norteadoras e inspiradoras para a produção. No campo teórico, utilizaremos o capítulo “Cultura e história indígena na elaboração de materiais didáticos”, do autor Pablo Lima. Nesta obra, o autor aponta algumas possibilidades de trabalho e compreensão da temática indígena para estudantes não-indígenas. Assim, orienta sobre a importância de superar visões preconceituosas, baseadas principalmente em tendências eurocêntricas sobre os indígenas, por isso, orienta que é preciso levar em consideração os enfrentamentos, dificuldades e perseguições enfrentadas pelos indígenas atualmente.

A elaboração de materiais didáticos para a história e cultura indígenas deve levar em consideração a complexa situação enfrentada pelos povos indígenas: são nativos muitas vezes desalojados em suas próprias terras. Ao mesmo tempo, a influência indígena, compreendida em linhas gerais, é perceptível em vários aspectos da cultura brasileira.⁵

Já no campo prático, a obra inspiradora foi “Os Terena e a Guerra do Paraguai: uma história a ser contada”, produzida pelo LEMAD/USP e que compila uma série de documentos ao livro **História do povo Terena**, de Circe Bittencourt e Maria Elisa Ladeira. Assim como a obra do LEMAD/USP, o Guia de Material Indígena trará uma série de documentos e fontes históricas que podem ser trabalhadas e abordadas em sala de aula, estimulando a leitura dos estudantes,

⁵ LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. “Cultura e história indígena na elaboração de materiais didáticos”. In: PEREIRA, Júnia Sales. RICCI, Cláudia Sapag (Orgs.). PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA A DIVERSIDADE; PATRIMÔNIO E PRÁTICAS DE MEMÓRIA UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR. Belo Horizonte: LABEPEH/UFMG; Faculdade de Educação e Centro Pedagógico da UFMG; CAED UFMG; SECAD/ MEC, 2010, p. 105.

acompanhadas de atividades ou propostas didáticas para serem trabalhadas ao decorrer do horário das aulas, estipulado entre os 50 minutos. Além disso, o trabalho será ornado com imagens e elementos gráficos para que o processo de ensino-aprendizagem se torne mais lúdico. As estudantes, Vitória e Ranielly, em conjunto com sua equipe, ficarão responsáveis pelo processo de elaboração e organização tipográfica/gráfica do Guia. Assim, o principal objetivo da presente proposta é agregar ao processo de ensino-aprendizagem, tanto para os estudantes da Graduação quanto da Educação Básica. Além disso, contribuir para a aplicação qualitativa da lei que trata da abordagem da temática indígena nos contextos escolares.

Os impactos da ditadura militar aos povos indígenas no Brasil (1964-1985)

A turma se dividiu em equipes, e cada uma escolheu um tema relacionado à cultura e história indígena, literatura, música, arte, e questões políticas. O grupo em que as autoras, Vitória e Ranielly, participou, optou por abordar a questão dos indígenas na política, enfocando a temática da Ditadura Civil-Militar e como o regime influenciou a vida desses povos durante esse período, utilizando imagens. Para isso, as fontes escolhidas são imagens que mostram a resistência desses povos durante o regime e como eles foram vítimas desse sistema autoritário. O grupo também ficou responsável pela formatação final do Guia, sendo assim, elas também participarão da junção do trabalho de todos os outros grupos que compõem o guia didático. Até o presente momento, selecionamos as seguintes imagens acompanhadas de uma breve descrição e uma sugestão de atividade ou abordagem:

Figura 2 – Aldeia abandonada pelos Waimiri-Atroari durante ação do governo na região



Fonte: Instituto Socioambiental.

A presente imagem pode ser inserida na discussão acerca dos impactos das políticas aplicadas na ditadura civil-militar (1964-1985) contra as populações indígenas, estando de acordo com a habilidade EF09HI21, que busca identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura, sendo indicada para o 9º ano do ensino fundamental. ⁶

⁶ BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018, p. 433.

Figura 3 – Reprodução da imagem presente no livro “Os fuzis e flechas”, de Rubens Valente



Fonte: Observatório do Terceiro Setor.

A partir de 1974, os militares empreenderam um esforço cruel para aniquilar e massacrar os indígenas do povo Waimiri Atroari, que ocupavam uma área de interesse correspondente a 2 milhões de quilômetros quadrados na Amazônia. Decretado por Emílio Médici, o conjunto de massacres contra o povo Waimiri Atroari se estendeu entre as décadas de 1960 e 1980. Segundo Kevin Damásio, o então ditador planejou três grandes projetos na Terra Indígena: “a abertura da BR-174, a Manaus-Boa Vista; a construção da hidrelétrica de Balbina; e a atuação de mineradoras e garimpeiros interessados em explorar as jazidas em seu território”.⁷

⁷ DAMASIO, Kevin. Ditadura militar quase dizimou os waimiri atroari – e indígenas temem novo massacre. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2019/04/ditadura-militar-waimiri-atroari-massacre-g-enocidio-aldeia-tribo-amazonia-indigena-indio-governo>. Acesso em: 03/04/2024.

Entre os atos cruéis realizados pelos militares estavam os bombardeios, chacinas a tiros, esfaqueamentos, decapitações e a destruição de locais sagrados. Segundo a Comissão Nacional da Verdade, “ao menos 8.350 índios [indígenas] foram assassinados entre 1946 e 1988”⁸. É importante destacar que, antes de 1968, os massacres ocorriam em decorrência da omissão do Estado. Após a criação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) em 1967 e o estabelecimento do Ato Institucional 5 em 1968, o regime militar tornou-se o principal responsável pelos homicídios. Os Waimiri Atroari contabilizavam mais de 3 mil pessoas em 1972. Em 1983, apenas 350 sobreviveram aos massacres. Atualmente, a população desse povo é de cerca de 2 mil pessoas.

Sugestões de Abordagem: O tema pode ser abordado em sala de aula para expor a relação exploratória entre a ditadura civil-militar contra os grupos indígenas, mais especificamente sobre as crueldades cometidas pelo regime para alcançar seus objetivos. É possível utilizar o contexto apresentado acima para realizar aproximações com o contexto atual, elencando as continuidades da exploração contra os indígenas. Um exemplo pode ser observado nas políticas bolsonaristas em relação às populações indígenas, como a minimização da crise humanitária vivida pelo povo Yanomami, a subversão da função da FUNAI e o questionamento do marco temporal.

Figura 4 - Famílias do povo Krenak na Fazenda Guarani, por volta da década de 1970

⁸ *Ibid.*



Fonte: Conselho Indigenista Missionário.

O Reformatório Krenak, localizado no município de Resplendor – MG, foi criado em 1969, durante a Ditadura Civil-Miliar no Brasil, e funcionou como uma espécie de prisão para indígenas considerados “rebeldes” pelo regime. Os motivos das detenções incluíam brigas com autoridades policiais, sair sem permissão das terras indígenas, alcoolismo e outras situações enquadradas como crimes. Esses indígenas eram submetidos a trabalhos escravos para manter o funcionamento da prisão, sendo obrigados a carregar peso, cozinhar e capinar. Caso desobedecessem às ordens, sofriam punições, castigos e torturas, além de serem privados de alimentação e agredidos. O Reformatório Krenak funcionou até 1972 no local de origem, sendo posteriormente transferido para a Fazenda Guarani, em Carmésia-MG.⁹

Sugestão de abordagem: Sugerimos como proposta de uma abordagem inicial comentar sobre o que eram os reformatórios e o que aconteciam dentro deles durante o período da Ditadura

⁹ Itaú Cultural. Reformatório Krenak (2016). Youtube, 08 de novembro de 2016. 18min06s. Disponível em: <https://youtube.com/watch?v=Qpx8nKVXOAo&t=180s>. Acesso em: 06/04/2024.

Civil-Militar. Após esta contextualização, é interessante os estudantes conhecerem a versão dos indígenas sobre o Reformatório Krenak, por isso, indicamos o curta “Reformatório Krenak” produzido pelo Itaú Cultural no ano de 2016, para aprofundarem questões sobre a resistência indígena frente às investidas do regime e os impactos destas prisões sobre o povo Krenak até os dias atuais.

Figura 5 - Cena do filme “Arara”, de Jesco Von Puttmaker



Fonte: Aconteceu no Vale.

A cena retratada no filme é uma representação da formatura da 1ª turma da Guarda Rural Indígena. Durante o desfile, um indígena foi exibido pendurado num pau de arara sendo levado

por outros indígenas.¹⁰ A Guarda Rural Indígena (GRI) foi estabelecida em 1969, durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil, com a função, ao menos na teoria, de formar equipes indígenas para atuar em prol da segurança, além de combater ameaças externas, invasões de terras e conflitos com garimpeiros. Na realidade, a maioria dos integrantes foi recrutada à força e/ou enganada. Os resultados dessas guardas incluíam diversos conflitos internos entre os indígenas, nos quais membros da própria GRI agiam com violência e abusos contra outros indígenas.¹¹

As imagens utilizadas podem ser empregues em aulas que discutam a ditadura e os povos indígenas, contemplando a habilidade (EF09HI21) da BNCC, do 9º ano do Ensino Fundamental, no que tange a necessidade de “Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura”.¹²

Sugestões de abordagem: Inicialmente pode ser feito uma contextualização histórica com alguns eventos que envolvam os indígenas durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil, destacando o autoritarismo e a repressão sofridos por estes povos. Em um segundo momento, pode ser apresentado o filme citado, “Arara”, em conjunto com outras produções midiáticas para promover uma visão crítica e empática. Por fim, é interessante apresentar e discutir as estratégias de resistências indígenas durante esse período.

Recursos e materiais didáticos:

¹⁰ ACONTECEU NO VALE. MPF em Governador Valadares denuncia chefe da antiga Guarda Rural Indígena por genocídio contra o Povo Krenak. Disponível em: <https://aconteceunovale.com.br/portal/?p=153701>. Acesso em: 06/04/2024.

¹¹ LOPES, Victor. Reformatório Krenak: Campo de concentração indígena na ditadura militar. **Clio História e Literatura**, 2021. Disponível em: <https://cliohistoriaeliteratura.com/2021/04/09/reformatorio-krenak-campo-de-concentracao-indigena-na-ditadura-militar/>. Acesso em: 06 de abril de 2024.

¹² BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018, p. 431.

Para garantir a qualidade e relevância do material, a produção do guia está sendo realizada em várias etapas. Inicialmente, foi definida a etapa de ensino em que os professores irão utilizar o guia e, para isso, está sendo feita uma pesquisa aprofundada sobre os temas que serão abordados, incluindo aspectos históricos, culturais e sociais de diferentes etnias indígenas. Em seguida, os objetivos educacionais do guia serão definidos, identificando os conteúdos a serem abordados e os recursos pedagógicos a serem utilizados.

A elaboração do conteúdo passará por uma revisão cuidadosa e inclusiva, levando em consideração a diversidade cultural e promovendo uma abordagem respeitosa e não estereotipada. Além disso, o material será revisado pelo Prof. Dr. Gustavo de Souza Oliveira, da Universidade Federal de Uberlândia, docente da disciplina de PROINTER III, e pela Profa. Ma. Gabriella Carvalho Motta. A avaliação e adaptação do guia com base no feedback desses professores e dos alunos são cruciais para aprimorar sua eficácia e relevância no contexto educacional.

Os recursos didáticos escolhidos e utilizados pela turma serão essenciais para a criação deste guia educacional, com o objetivo de enriquecer e promover uma abordagem pedagógica eficaz. A pesquisa de fontes confiáveis, como documentários, livros, artigos e materiais pedagógicos especializados, é fundamental para embasar o conteúdo do guia. Além disso, alguns grupos estão recebendo o apoio da Profa. Dra. Patrícia Emanuelle Nascimento, especialista na área, garantindo uma representação autêntica e respeitosa das culturas indígenas. A utilização de recursos audiovisuais, como vídeos e fotos, tornará o guia mais dinâmico e didático, facilitando a compreensão e o engajamento dos educadores com a temática proposta. Por fim, todas as atividades desenvolvidas pelos grupos serão reunidas para a formatação do guia didático. O

título do Guia também passará por ajustes para se tornar mais atrativo e chamativo para estudantes e professores.

Resultados:

O resultado completo das atividades desenvolvidas ao longo desses meses será a produção do guia didático, conforme já mencionado. Este trabalho está inserido na disciplina de PROINTER III do 4º Período de Licenciatura em História da Universidade Federal de Uberlândia. No entanto, o guia ainda está em fase de preparação e produção, com previsão de conclusão até a Semana dos Povos Indígenas¹³.

Conclusão:

O projeto tem como objetivo a criação de um guia para professores, inspirado no modelo desenvolvido pela Universidade de São Paulo (USP), com a finalidade de fornecer orientações e recursos pedagógicos para enriquecer o ensino sobre a história e cultura indígena em sala de aula. Entretanto, devido a restrições de tempo, o projeto ainda não foi concluído e, por isso, não foi apresentado nem utilizado por professores. Apesar do adiamento na conclusão do guia, as equipes demonstram interesse, disposição e comprometimento com a produção de materiais decoloniais de qualidade, com a intenção de auxiliar os educadores no desenvolvimento de práticas inovadoras e eficazes.

¹³ Ao decorrer do evento e da escrita do presente relato, o Guia foi elaborado, corrigido e disponibilizado em sua versão final com o título de [Além do livro didático: um guia para integrar perspectivas indígenas na educação](#), disponível para acesso e leitura através do *hiperlink*.

Referências

ACONTECEU NO VALE. MPF em Governador Valadares denuncia chefe da antiga Guarda Rural Indígena por genocídio contra o Povo Krenak. Disponível em: <https://aconteceunovale.com.br/porta1/?p=153701>. Acesso em: 06/04/2024.

BITTENCOURT, Circe Maria; LADEIRA, Maria Elisa. **A História do povo Terena**. Brasília: MEC, 2000, 156p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. “Após anistia, povos Krenak e Guarani Kaiowá cobram demarcação como forma de reparar violações na Ditadura”. Disponível em: <https://cimi.org.br/2024/04/apos-anistia-povos-krenak-e-guarani-kaiowa-cobram-demarcacao-como-forma-de-reparar-violacoes-na-ditadura/#:~:text=Caso%20Krenak&text=Nesse%20mesmo%20contexto%2C%20foi%20criada,e%20assassinatos%20cometidos%20por%20militares>. Acesso em: 06/04/2024.

DAMASIO, Kevin. “Ditadura militar quase dizimou os waimiri atroari – e índigenas temem novo massacre”. **National Geographic**, 2020. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2019/04/ditadura-militar-waimiri-atroari-massacre-g-enocidio-aldeia-tribo-amazonia-indigena-indio-governo>. Acesso em: 03/04/2024.

GROSGOUEL, Ramón; COSTA-BERNARDINO, Joaze. “Decolonialidade e perspectiva negra”. **Revista Sociedade e Estado**, V. 31, N. 1, Janeiro/Abril 2016.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. “Governo e políticos tentam implantar na marra obra na terra de índios massacrados pela ditadura”. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/governo-e-politicos-tentam-implantar-na-marra-obra-na-terra-de-indios-massacrados-pela-ditadura>. Acesso em: 06/04/2024.

ITAUÍ CULTURAL. Reformatório Krenak (2016). **Youtube**, 08 de novembro de 2016. 18min06s. Disponível em: <https://youtube.com/watch?v=Qpx8nKVXOAo&t=180s>. Acesso em: 06/04/2024.

LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. “Cultura e história indígena na elaboração de materiais didáticos”. In: PEREIRA, Júnia Sales. RICCI, Cláudia Sapag (Orgs.). **PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA A DIVERSIDADE; PATRIMÔNIO E PRÁTICAS DE MEMÓRIA UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR**. Belo Horizonte: LABEPEH/UFMG; Faculdade de Educação e Centro Pedagógico da UFMG; CAED UFMG; SECAD/ MEC, 2010.

LOPES, Victor. Reformatório Krenak: Campo de concentração indígena na ditadura militar. **Clio na História**. Disponível em: <https://cliohistoriaeliteratura.com/2021/04/09/reformatorio-krenak-campo-de-concentracao-indigena-na-ditadura-militar/>. Acesso em: 06/04/2024.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. “Ditadura Militar matou milhares de indígenas no Brasil”. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/ditadura-militar-matou-milhares-de-indigenas-no-brasil/>. Acesso em: 06/04/2024.